

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Bloco de Esquerda teve conhecimento de que o Agrupamento de Escolas da Mealhada está a enfrentar uma gravíssima situação financeira, não tendo recebido ainda qualquer verba relativa ao ano de 2023. Lembramos que este é um dos municípios onde a municipalização da educação já aconteceu há mais tempo e esta situação grave decorre dessa mesma municipalização.

Segundo o Presidente da Câmara da Mealhada, face à cessação do contrato interadministrativo, que na sua opinião era mais abrangente em termos de responsabilidade financeira, e da interpretação que faz do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a Câmara entende que não tem de assumir algumas despesas como deslocações de docentes para reuniões e formações de carácter obrigatório, licenças de todos os programas informáticos de gestão utilizados pelos serviços ou apoio técnico contabilístico e informático. Entende ainda que o município não deve assumir as verbas necessárias ao cumprimento das obrigações no âmbito da Ação Social Escolar, nomeadamente dos auxílios económicos para participação em visitas de estudo dos alunos com escalão A e B, material escolar para alunos com escalão, seguro escolar e bolsas de mérito.

Em suma, existem inúmeras atividades e procedimentos, algumas de carácter social, para as quais não existem verbas, o que coloca o agrupamento de escolas numa situação insustentável, tanto financeira como de funcionamento.

Enquanto esta guerra de “passa-culpas” dura fica evidente que quem mais sofre é a escola que se vê, de repente, dependente da boa vontade de um executivo camarário. Como pode uma questão sobre interpretação da lei se sobrepor ao interesse, ao investimento e à estabilidade no setor da educação do concelho?

Infelizmente, este episódio não nos espanta. Foram muitos os alertas que fomos dando sobre este processo da municipalização e votámos sempre contra ela. Sabíamos que a municipalização do ensino defendida por PS e PSD/CDS seria e é uma fraude, cria

desigualdades territoriais, não traduz um verdadeiro investimento na educação e é um processo permeável a arbitrariedades de todo o tipo, em que as escolas ficam ora reféns da inércia do ME ora dependentes da boa vontade dos executivos camarários.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação, as seguintes perguntas:*

1. Tem conhecimento desta situação?
2. Considera justificável a não transferência de verbas para o Agrupamento de Escolas da Mealhada e a não assunção de despesas por parte do município para deslocações de professores, licenças de software, apoio técnico e contabilístico ou mesmo para cumprimento de obrigações no âmbito da ação social das escolas?
3. Não foi o Governo alertado, repetidas vezes, sobre as consequências nefastas da municipalização da educação, em concreto na Mealhada?
4. Que medidas irá tomar agora para solucionar a atual situação que é grave, tanto a nível financeiro como educativo?

Palácio de São Bento, 4 de abril de 2023

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)